

Goiânia (GO), 06 de dezembro de 2023.

À

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA - ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A/C do Presidente da Câmara Municipal de Goianésia (GO), Sr. Múcio Santana Marins.

A/C do Presidente da Comissão Permanente de Licitação - Sr. Vitor Hugo Luciano Veríssimo.

Assunto: IMPUGNAÇÃO ao RECURSO de 29.11.2023, da licitante Imagem Única Propaganda Ltda - Fase de Habilitação - Edital TP 001/2023, conforme procuração anexa.

A licitante Cannes Publicidade Ltda, empresa EPP, já qualificada neste processo licitatório, Edital TP 001/2023, vem apresentar impugnação a recurso descrito à epígrafe, consoante o item 22.2 do Edital do Certame, conforme argumentos de fato e de direito a seguir expostos.

Os tópicos/assuntos de impugnação serão dispostos na mesma ordem dos tópicos/assuntos apresentados pela IMPUGNADA, com o objetivo de proporcionar clareza e concisão a esta impugnação.

1. TEMPESTIVIDADE

Esta **IMPUGNANTE** recebeu comunicação do recurso em 30.11.2023, com vencimento de prazo para impugnar em 07.12.2023, considerando o item 22.2 do Edital. Portanto tempestiva a presente impugnação.

2. DOS FATOS

A ora **IMPUGNADA**, empresa Imagem Única Propaganda Ltda, ao deparar-se com o seu insucesso no presente certame, apresentou recurso com base no item 22.1 do Edital.

Ocorre que o recurso referido, além de ignorar os fundamentos de boa-fé e lealdade que devem ser basilares em qualquer certame licitatório, juntou informações falsas, com o fim de induzir essa Comissão a erro, tentar fraudar e afastar licitante do certame. Vejamos, por assunto, a fundamentação desta impugnação.

3. DO DIREITO

A **IMPUGNADA** alegou que não foram observadas exigências do Edital, especialmente as que excluem participantes que não demonstrem e comprovem possuir condições jurídico-financeiras sólidas, e, para fundamentar, refere o teor do item 7.2-c do Edital, a seguir transcrito:

"7.2 Não poderá participar desta tomada de preços a agência de propaganda:

(...)

c - cuja falência tenha sido decretada ou que estiver em concurso de credores, em processo de liquidação, dissolução, cisão, fusão ou incorporação, com exceção daquelas amparadas em Certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório."

Alega, no tópico "A" do recurso, a título de fundamentação, que a IMPUGNANTE está em dissolução, informando como comprovação processo que tramita no Tribunal de Justiça de Goiás, n. 5293592-15.2021.8.09.0051, finalizando que a situação de dissolução atestaria sua condição jurídico-financeira precária.

A **IMPUGNADA**, provavelmente por má-fé, desconsidera completamente o princípio da moralidade, um dos esteios das licitações públicas, pois traz uma inverdade a essa Comissão, com o objetivo claro de induzi-la a erro, inclusive em flagrante confronto com documento apresentado pelo próprio sócio da **IMPUGNADA** ao Judiciário goiano, no processo judicial referido, **tipificando o crime de estelionato no bojo deste certame licitatório,** conforme se discorre a seguir.

Em **14.06.2021** o Sr. Zander Campos da Silva Júnior, sócio da **IMPUGNADA**, postula a referida ação judicial com pedido de Tutela de Urgência Cautelar Antecedente com pedido Liminar,

Evento 01, com o pedido de sua retirada do quadro social da **IMPUGNANTE (Doc.01)**, com indeferimento da liminar em **05.09.2022**, Evento 31 **(Doc.02)**.

Ocorre, Sr. Presidente, que em **01.12.2021**, Evento 22 do mesmo processo, o Sr. Zander Campos da Silva Júnior comunica a perda de objeto da pretendia dissolução parcial, informando ao Juízo sua saída do quadro societário da **IMPUGNANTE (Doc.03)**, mediante a 53ª Alteração do Contrato Social, registrada na Juceg em **23.07.2021**, **(Documento 16.2.1-Habilitação Jurídica)**, ou seja, o RECORRENTE trouxe a essa Comissão informação falsa quando informou a pretensa dissolução, na tentativa de fraudar o certame para afastar licitante, o que atrai a aplicação dos artigos 337-I e 337-K, Capítulo II-B, da Lei 14.133/2021 e do Código Penal.

A **IMPUGNADA** também ignorou solenemente a 54ª Alteração do Contrato Social da Impugnante, que, apenas a título de argumento nesta Impugnação, atesta que a empresa não se encontra em situação de dissolução **(Documento 16.2.1 - Habilitação Jurídica)**, além de ignorar em seu recurso, capciosamente, que a **IMPUGNANTE** apresentou todos os documentos exigidos no certame relativamente a Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira, o que afasta peremptoriamente o argumento de que a **IMPUGNANTE** está em situação econômico-financeira precária.

Observe-se pronunciamento do judiciário goiano acerca do tema da irrazoabilidade e incoerência em inabilitar ou desclassificar empresa que atendeu às exigências de qualificação econômico-financeira, caso da **IMPUGNANTE** nesta licitação **(grifo nosso)**.

5461970-87.2021.8.09.0000 [Baixar Inteiro teor](#)

2ª Câmara Cível

REINALDO ALVES FERREIRA

Relatório e Voto

Publicado em 11/11/2022 11:17:34

MANDADO DE SEGURANÇA N. 5461970-87.2021.8.09.0000 COMARCA DE GOIÂNIA IMPETRANTE: ARTSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA IMPETRADO: SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS LITISCONSORTE PASSIVA: DIMIVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA RELATOR: Des.REINALDO ALVES FERREIRA EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. MENOR PREÇO POR LOTE. PRETENSÃO DA VENCEDORA SER EXCLUÍDA DO SIMPLES NACIONAL. IMPOSSIBILIDADE. FORMALISMO EXCESSIVO NÃO TEM O CONDÃO DE INABILITAR LICITANTE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. **QUALIFICAÇÃO** TÉCNICO OCUPACIONAL E **ECONÔMICO-FINANCEIRA** COMPROVADAS. SEGURANÇA DENEGADA.1. A impetração se destina a reverter os efeitos da decisão recursal administrativa desfavorável, de modo a inabilitar e/ou desclassificar a litisconsorte passiva e viabilizar à impetrante prosseguir no certame regido pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2021, através do Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço global, por lote, ou a anulação do aludido procedimento licitatório. 2. A exclusão do regime instituído pelo simples nacional demanda a

análise da receita bruta, a qual deverá ser acrescida do percentual de 20% para cogitar em imediata exclusão, o que representa o montante de 5.760.000,00 (cinco milhões, setecentos e sessenta reais), nos termos do § 9º-A, do art. 3º, da Lei Complementar 123/06. Nesse passo, tendo a empresa vencedora comprovado o faturamento bruto, referente ao Ano de 2021, no importe de R\$ 4.448.396,69 (mov. 37, doc. 3), muito aquém daquela quantia, resta impossibilitada sua exclusão desse regime. 3. O excessivo rigor na interpretação do edital deve ser repudiado, desde que não implique violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da proporcionalidade e da razoabilidade, quando isso significar o afastamento de possíveis propostas mais vantajosas à Administração Pública (formalismo moderado). Pretende-se, assim, aquilatar os princípios da eficiência e da segurança jurídica, imprimindo eficácia aos objetivos do processo licitatório. **4. Não se mostra razoável e coerente inabilitar e/ou desclassificar do certame a empresa ganhadora que atendeu às qualificações técnico ocupacional e econômico-financeira exigidas pelo Edital, para os lotes 2 e 5. Isto porque, cumulativamente, apresentou a documentação necessária,** bem como comprovou a execução de serviço de vigilância prestado por 70 (setenta) vigilantes. Logo, não se fazendo presente interpretação discrepante das cláusulas editalícias e não havendo ilegalidade a ser sanada, a improcedência da pretensão mandamental deduzida é uma consequência lógica

No tópico "B" do seu Recurso, a **IMPUGNADA** informa da exigência editalícia de certidão negativa de débitos trabalhistas, informando a existência de débitos trabalhistas devidos pela empresa Cannes Publicidade, conforme processo n. 0010587-87.2021.5.18.0012, que tramita no TRT da 18ª Região, requerendo, por conseguinte, sua inabilitação. Diz a **IMPUGNADA**:

"Ignorar a inadimplência trabalhista da Cannes Publicidade ao avaliar sua habilitação estabelece um precedente perigoso, onde o descumprimento de obrigações legais e éticas é tolerado em detrimento da integridade dos processos licitatórios."

Trata-se de outro argumento falso que despreza, inclusive, a inteligência dessa Comissão, pois a licitante Cannes Publicidade, ora **IMPUGNANTE**, juntou no item 16.2.2 - REGULARIDADE FISCAL, item "f", sua Certidão Negativa Trabalhista, emitida em 20.10.2023, com validade até 17.04.2024. Não se sabe se por descuido ou má-fé, a **IMPUGNADA** ignorou solenemente a referida certidão juntada aos documentos de habilitação da **IMPUGNANTE**, trazendo novamente informação falsa ao presente certame, com o fim de fraudar e afastar licitante do concurso licitatório, o que justifica a aplicação das penalidades da lei já referidas anteriormente. Além disso, no que toca à Reclamatória Trabalhista n. 0010587-87.2021.5.18.0012, observa-se que a ora **IMPUGNADA**, certamente por desconhecer a rotina da **IMPUGNANTE**, ignora que após negociações com a Reclamante, houve acordo nos autos daquela reclamatória trabalhista, desconstruindo todo o esforço da **IMPUGNADA** em prejudicar o sucesso da **IMPUGNANTE** nesta licitação. **(Doc.04)**.

As informações trazidas conforme parágrafo anterior afastam também a informação da **IMPUGNADA** na qual acusa a **IMPUGNANTE** de "omissão da licitante na declaração do Anexo VII, acerca de fato superveniente", pois não há qualquer fato superveniente, de fato e de direito, que afronte a legalidade do presente certame licitatório relativamente à **IMPUGNANTE**, considerando sua regularidade perante a Justiça do Trabalho, sem esquecer que foi apresentada a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas com validade em 17.04.2024, documento ao qual se aplica o item 17.1 do Edital, abaixo transcrito:

"A Comissão Permanente de Licitação analisará os Documentos de Habilitação e julgará habilitados todas as licitantes que atenderem integralmente aos requisitos de habilitação exigidos neste Edital e em seus anexos."

Considerando o exposto, **REQUER-SE:**

- a) O **INDEFERIMENTO DO RECURSO** ora impugnado, considerando as razões de fato e de direito apresentadas acima a essa Comissão;
- b) As providências para penalizar administrativa e criminalmente a **IMPUGNADA** Imagem Única Propaganda Ltda, nos termos dos artigos 337-I e 337-K, Capítulo II-B, da Lei 14.133/2021 e do Código Penal.
- c) O encaminhamento por essa Comissão Permanente de Licitação de notícia crime ao Ministério Público do Estado de Goiás, considerando o cometimento de crime de estelionato pela **IMPUGNADA** nesta licitação, para que sejam tomadas as medidas legais de penalização e impedimento de sua participação em licitações públicas.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Goiânia (GO), 06 de dezembro de 2023.

CANNES PUBLICIDADE LTDA - IMPUGNANTE